

PASTORAL DA Terra

ENCHENTES

Desastre anunciado
atinge milhares
de pessoas no Rio
Grande do Sul P5

ELEIÇÕES

Voto camponês
consciente é
ferramenta da
soberania popular P11

MAIO A AGOSTO DE 2024 | N° 264 | ANO 49 | WWW.CPTNACIONAL.ORG.BR | f @ CPTNACIONAL



CPT 50 ANOS

Com o batuque ancestral dos tambores, a CPT abre seu Ano Jubilar

Convocada pela memória subversiva do evangelho, as quase cinco décadas da Pastoral são marcadas pelo compromisso e missão profética em defesa dos direitos dos povos do campo P. 8 e 9

DA REDAÇÃO

EDITORIAL

Caminhando juntos, rumo aos 50 anos

Companheiras e companheiros, orientadas e orientados pelas aprendizagens coletivas ao longo da caminhada já traçada e vivida, buscando discernir por onde canalizar nossos esforços e com quem caminhar, esta edição do jornal Pastoral da Terra nos traz registros de dois momentos propícios para balizar o caminho: o relato da Assembleia Nacional, em abril, e o da Semana Nacional de Formação, em junho.

Na 37ª Assembleia Geral Ordinária, as e os delegados dos regionais ava-

liaram o trabalho realizado nos três anos anteriores e definiram as linhas de ação para o novo triênio, no intuito de continuarem fiéis à missão e metodologia de trabalho da CPT.

O trimestre culminou com a Semana Nacional de Formação, que deu início ao ano jubilar da CPT, despertando nossa memória coletiva das experiências marcantes ao longo dos 49 anos já vividos. Cada Grande Região nos trouxe, de modo singular, testemunhos e recordações de pessoas e processos que contribuíram na

construção do modo de ser e agir da Pastoral. Momentos profundos de espiritualidade e celebração, temperados pelos cantos, sons dos tambores e maracas, pelo fogo e pela água, nos convidaram a renovar nosso compromisso coletivo junto aos povos.

Este trimestre também foi marcado pelo desastre climático que atingiu o Rio Grande do Sul, em maio. Presenciamos um grito silencioso da Mãe Terra, violentada pelas decisões e concessões políticas que resultaram no afrouxamento das leis ambientais em favor dos

interesses do capital. Fica a pergunta para todas e todos nós: queremos aprender e mudar?

Nesta edição, você confere ainda informações sobre a nova campanha da CPT — Chega de Escravidão; um olhar sobre a diversidade sexual e de identidades de gênero no campo; a mobilização de comunidades indígenas e camponesas contra o projeto Ferrogrão; e, aproveitando o ano eleitoral, um debate sobre a importância do voto consciente — reflexão sugerida por um leitor.

Boa leitura!



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Secretaria Nacional
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás
CEP.: 74030-090
Fone: (62) 4008-6466
Fax: (62) 4008-6405
www.cptnacional.org.br
comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom José Ionilton

Vice-Presidente
Dom Sílvio Guterres

Coordenadores Nacionais
Carlos Lima
Cecília Gomes
Ronilson Costa
Valéria Santos

Redação
Carlos Henrique Silva (5197/PE)
Heloisa Sousa (4499/GO)
Júlia Barbosa (4505/GO)
Everton Antunes (estagiário)
Rede de Comunicadores/as da CPT

Jornalista responsável
Heloisa Sousa (4499/GO)

Impressão
Gráfica e Editora América Ltda.

Diagramação
Refle Editorial - Viciunus Pontes
www.refleeditorial.com

Assinaturas
Anual R\$ 30,00
Pagamento pode ser feito por meio de depósito no Banco:
Caixa Econômica Federal
Agência 4520 Operação 003 Conta/
DV 648-6
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000
0006 486C 1
SWIFT da CEF: CEFXBRSP

Razão Social
Comissão Pastoral da Terra

CNPJ / PIX
02.375.913/0001-18

Informações
cpt@cptnacional.org.br

Tiragem
3.000 exemplares

Apoio



FIQUE INFORMADO

Comunidades rurais do Maranhão denunciam pulverização aérea de agrotóxicos



Repórter Brasil

Quase 200 comunidades tradicionais, quilombolas e assentamentos são atingidos pela “chuva de veneno”

O Maranhão se encontra em uma situação grave em relação à contaminação de águas, roças, alimentos, pessoas e territórios, por conta da pulverização aérea de agrotóxicos feita de forma indiscriminada. Um relatório publicado no início de julho pela Rede de Agroecologia do Maranhão (Rama) e outras entidades, em colaboração com o Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia da Universidade Federal (Lepeng - UFMA), aponta 166 comunidades tradicionais, quilombolas e assentamentos rurais de 25 municípios sofrendo ataques de uma verdadeira guerra química, só no primeiro semestre de 2024.

A “chuva de veneno” traz consigo uma série de impactos, como a contaminação das águas, envenenamento dos alimentos, perda de produção da agricultura familiar, além de adoecimento físico e psicológico.

Lançado em 2023, a publicação “Vivendo em territórios contaminados: Um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado”, detectou a presença do glifosato em todas as comunidades pesquisadas. O trabalho foi realizado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e a CPT, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Além de promover a grilagem de terras e o desmatamento de ecossistemas vitais como o Cerrado, a Amazônia e a Mata dos Cocais, essa guerra busca amedrontar as comunidades, forçando-as a abandonar suas terras para o avanço do agronegócio. Mas elas continuam denunciando e resistindo, em audiências públicas e nas universidades, produzindo conhecimento em defesa dos territórios e contra o envenenamento em massa.

Fontes: RAMA / CPT Maranhão

Dom José Ionilton assume como bispo na Prelazia do Marajó/PA

Uma celebração eucarística, realizada no dia 27 de julho, marca o início do serviço pastoral de Dom José Ionilton Lisboa na Prelazia do Marajó, no Pará. O bispo teve sua transferência nomeada pelo papa Francisco, sendo transferido de Itacoatiara, no Amazonas, onde atuava desde 2017.

“Vou continuar na Amazônia, apenas mudando de área territorial, mas a missão permanece. É assim que eu penso e desejo, pisando no chão, ouvindo bastante quem já vive na região, e ver como eu posso contribuir a partir da minha vida e da minha experiência”, afirma o presidente da CPT. “Temos que continuar na mesma luta em defesa desse bioma, junto dos



Júlia Barbosa / Comunicação CPT Nacional

O atual presidente da CPT foi transferido de Itacoatiara/AM, onde atuava desde 2017

mais empobrecidos, na defesa dos direitos humanos, no combate ao trabalho escravo, no enfrentamento ao tráfico de pessoas e à exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens, na conquista da reforma agrária, e para fazer com que a nossa fé cristã católi-

ca ajude a transformar tudo aquilo que é anti-vida na sociedade,” completou. Além da igreja local, ele também estará junto ao Regional Norte 2 da CNBB, que inclui os estados do Amapá e Pará.

Fonte: Comunicação CPT Nacional

PUBLICAÇÕES



Divulgação

Investigação de cadeias produtivas: como responsabilizar empresas que se beneficiam de violações de direitos humanos

A publicação é uma iniciativa da Papel Social em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT)



Divulgação

Atlas dos sistemas alimentares do Cone Sul

Organizada pela Fundação Rosa Luxemburgo, a publicação discute as causas da crise alimentar na região do Cone Sul, vinculando a fome ao sistema alimentar dominante nesses países que privilegia o agronegócio.

Além do diagnóstico da situação, o livro apresenta práticas e alternativas que apontam para outras formas de uso da terra, de produção e circulação de alimentos, impulsionadas por um modelo baseado na agroecologia, com destaque para as ações de movimentos populares.

As experiências destacadas no Atlas não só ressaltam a importância da soberania alimentar, mas elencam uma série de políticas públicas que buscam garantir uma vida digna no campo e nas cidades, e, principalmente, o direito inalienável de que toda a população possa comer de maneira saudável.

Acesse pelo link site www.rosalux.org.br.

Filme “Mada e Bia” tem pré-estreias



Essá Filmes / Divulgação

O documentário “Mada e Bia”, que retrata a história das agentes da CPT, Irmãs Madeleine (Mada) e Bêatrice (Bia), teve pré-estreia nos dias 15 e 26 de abril nos municípios de Eldorado dos Carajás e Santarém/PA, durante o 9º Festival Internacional Amazônica de Cinema de Fronteira. Com direção de Dagmar Talga e narração de Dira Paes, é uma realização da Essá Fil-

mes, Comissão Dominicana de Justiça e Paz e Divine Providence de Beauville. O filme também foi exibido durante a 19ª Romaria da Terra e das Águas Padre Josimo em Imperatriz/MA (mais informações na pág. 15), seguido de debate com as irmãs e a diretora. O objetivo agora é alcançar espaço em festivais de cinema no Brasil e em outros países, incluindo a França, terra natal das religiosas.

TRABALHO ESCRAVO

SOLIDARIEDADE

Chega de Escravidão! Una-se à CPT nessa causa

Diante de recorde no número de trabalhadores resgatados no último ano, Comissão Pastoral da Terra lança campanha de conscientização e sensibilização, chamando a população para somar forças no combate ao trabalho escravo

Heloisa Sousa

heloisa@cptnacional.org.br

Os dados de trabalho escravo em 2023 atingiram números inéditos nos últimos dez anos, foram 3.191 pessoas resgatadas segundo dados da campanha permanente “De Olho Aberto Para Não Virar Escravo”. Desse total, 2.663 pessoas foram resgatadas em atividades laborais rurais. É nesse contexto que a CPT lança a campanha “Chega de Escravidão”, que surge com o objetivo de sensibilizar e engajar a população a contribuir com o trabalho da Pastoral pela erradicação do trabalho escravo, que perdura na sociedade brasileira e que está muito mais presente no cotidiano do que se imagina.

“Nossa proposta é sensibilizar e mobilizar a sociedade a olhar para essa dimensão do trabalho pastoral que a CPT desenvolve, tendo foco em um tema que é bastante latente no Brasil, que é o trabalho escravo contemporâneo”, explica Francisco Alan, coordenador da CPT regional Pará.

Atividades do setores da cana-de-açúcar, do café e da uva foram as que mais se destacaram, com 618, 302 e 210 trabalhadores resgatados,



Em 2023, foram registrados 35 casos de trabalho escravo no setor cafeeiro, envolvendo 319 trabalhadores.

respectivamente. Mais de 50 anos após a denúncia feita por dom Pedro Casaldáliga, por meio da carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, que revelou a persistência desse crime no Brasil, a realidade do país ainda é marcada pela exploração de mão de obra escravizada em diversos setores.

Lutando pela dignidade

Ao longo de sua história, a CPT sempre lutou pela dignidade de trabalhadoras e trabalhadores no campo e na cidade. Com equipes presentes nas rotas da escravidão moderna, seja nos estados de origem dos migrantes por precisão, seja nos locais de

destino, na floresta devastada e nos pastos, nas carvoarias, nas plantações do agronegócio, nas grandes obras, a CPT se mantém firme na missão de defesa dos trabalhadores.

Em 1997, a Pastoral criou a campanha nacional e permanente de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, “De Olho Aberto para não Virar Escravo”. Por meio dela, realiza o acolhimento e a realização de denúncias aos setores responsáveis pela fiscalização, apoio às vítimas, registro de dados, ações de conscientização, prevenção e incidência sobre o tema.

Junto de instituições parceiras e órgãos competentes na luta pela erradicação do trabalho escravo, a CPT busca consolidar estratégias

e conquistas, e provocar mudanças estruturais, sustentadas em políticas públicas na educação, saúde, interiorização das políticas de geração de emprego e renda, reforma agrária, além da real punição dos responsáveis pela exploração de mão de obra escravizada.

“O trabalho escravo e outras modalidades de conflitos infelizmente permanecem na realidade brasileira. Queremos também, a partir dessa campanha, mostrar sinais de esperança. A CPT precisa dar continuidade na sua ação pastoral, atuando junto às comunidades que se organizam na luta por uma terra sem males. Por isso, chamamos todos a contribuir para que possamos seguir nesse trabalho juntos

aos povos”, destaca Francisco Alan.

Se você também se indigna com o trabalho escravo, ao qual tantas pessoas ainda são submetidas, conheça mais da atuação da CPT pelo site www.cptnacional.org.br e seja uma doadora ou doador por meio do site chegadeescravidao.org.br, que pode ser acessado pelo QR Code.

CHEGA DE
ESCRAVIDAO
.ORG.BR



Campanha Chega de Escravidão

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

ENCHENTES

Desastre anunciado atinge milhares de pessoas no Rio Grande do Sul

Inundações deixam cenas de destruição e grande número de desabrigados em mais de 400 municípios; com ações de solidariedade, famílias tentam reconstruir suas vidas



Registro de uma propriedade atingida na comunidade Arroio Grande, no município de Arroio do Meio/RS

Heloisa Sousa e CPT RS

heloisa@cptnacional.org.br

Em maio de 1941, Porto Alegre (RS) viu os níveis do Lago Guaíba subirem como nunca antes. A capital gaúcha, que já havia presenciado pelo menos oito grandes enchentes, ficou debaixo das águas do Guaíba, que atingiram mais de 4 metros de altura, deixando pelo menos 70 mil indivíduos desabrigados. Mas, em maio deste ano, esse número e o grau de destruição foram rapidamente superados, o nível do lago chegou a 5,33 m.

Gerson Antonio Borges

até quem sempre conviveu nas margens dos rios, como os ribeirinhos”, explica Maurício Queiroz, coordenador da CPT Diocese de Santa Cruz do Sul. “Essas são as consequências da destruição da Nossa Casa Comum, já faz muitos anos que cientistas e lideranças sociais estão alertando para as consequências desastrosas da irresponsabilidade com a Mãe Terra”, completa.

A inefetividade das políticas ambientais no Rio Grande do Sul, coloca em pauta a discussão das leis socioambientais tão negligenciadas a níveis nacional e estaduais. Em 2019, o governo de Eduardo Leite alterou ou cortou 480 pontos do Código Ambiental gaúcho, elaborado em 2000. O afrouxamento do licenciamento ambiental, a supressão das medidas de proteção às unidades de conservação, medidas que autorizam a instalação de reservatórios de água em leitos de rios e a possibilidade de realização de intervenções em áreas de preservação permanente (APP) para construção de barragens, são alguns dos pontos presentes no novo código ambiental.

Dados do MapBiomias apontam que a área do agronegócio cresceu de 34,8%, em 1985, para 47,22% em 2022 no estado. Com o avanço da monocultura

de soja e de milho e das pastagens, áreas inteiras de florestas e vegetação nativa foram desmatadas, impedindo a drenagem das chuvas.

Com o registro de desmatamento a partir de 2020 pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc/CPT), seis áreas monitoradas pela CPT no Rio Grande do Sul possuem violências associadas à invasão e desmatamento. Dessas, cinco são terras indígenas e uma é território quilombola, sendo todas áreas de preservação. Empreendimentos agropecuários, de mineração, imobiliários, de serraria e de barragens estão entre os autores das ações de desmatamento.

“Aqui nunca veio enchente. Eu tenho 82 anos, nasci aqui e nunca precisei sair”, relata Iracema Schmidt, camponesa em Cruzeiro do Sul/RS. Ela conta que foi acolhida, junto da família, por vizinhos quando as inundações começaram. “Ficamos de terça à sexta, mas acabou a água. Para tomar remédio, a gente teve que pegar água da goteira”, durante o período em que passaram na residência de dois andares tentando se proteger do volume de água que subia rapidamente, ela e a família presenciaram a força das enchentes levando suas criações.

“Meu genro tinha um cavalo muito manso e, de repente, vimos o cavalo passar. Meu genro disse ‘vai com Deus, meu amigo’, se abraçou em mim e começou a chorar. Ele gritou e o cavalo voltou contra a correnteza nadando até perto do casarão, encostou em uma árvore e ficou ali nadando um dia inteiro para não afogar. Ele conseguiu se salvar”, conta Iracema.

Sementes da Solidariedade

A missão Sementes da Solidariedade reúne diversas entidades e movimentos sociais que, em 2023, se organizaram em socorro às populações camponesas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Com as inundações de setembro de 2023, um conjunto de organizações criou a “Missão Sementes da Solidariedade: Emergência”, que visa atender prioritariamente agricultores familiares camponeses que foram atingidos pelas águas no Vale do Rio Taquari, que abrange 36 municípios do estado gaúcho. Os recursos arrecadados viabilizaram mutirões de visitas às famílias para atendimento e entrega de um kit de sementes crioulas e mudas de árvores frutíferas, para que possam refazer seus plantios.

MOVIMENTOS

RENOVAÇÃO

Em sua 37ª Assembleia Nacional, CPT reafirma a caminhada junto aos povos do campo

Ano também está sendo marcado por encontros em todo o país, reunindo agentes pastorais, comunidades camponesas e figuras históricas da CPT, avaliando a jornada e traçando novos caminhos e prioridades para os próximos anos

Carlos Henrique Silva
 comunicacao@cptnacional.org.br

Presença, Resistência e Profecia: com este tema da celebração do jubileu, a Comissão Pastoral da Terra realizou a sua XXXVII Assembleia Geral Ordinária, entre os dias 19 a 21 de abril, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO). O momento reuniu agentes de pastoral de todo o país, bem como representantes de comunidades camponesas e agentes históricos da CPT.

Desde a acolhida, o momento foi marcado por alegria e mística sobre o caráter social e a pastoralidade. Em seguida, uma análise de conjuntura contou com a assessoria de Leila Santana (Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA) e Gerson Teixeira (assessor do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores), seguida de debate sobre os desafios de uma realidade de mudança de governo no país, mas também de avanço do agronegócio e seus projetos de extermínio dos povos do campo, das águas e florestas, em nível global.

Outros desafios apontados foram a necessidade de apro-



Diretoria, Coordenação Executiva e Conselho Fiscal eleitos para o exercício 2024-2027

ximação com as dioceses, pastorais de juventudes, o diálogo com as igrejas pentecostais, o distanciamento dos jovens do campo e o envelhecimento da população rural. Algumas regiões também relataram o avanço do tráfico de drogas e das milícias nos territórios, o afastamento da pauta da luta pela reforma agrária por parte dos movimentos sociais e a pouca resistência das comunidades diante do avanço do agronegócio em detrimento dos programas de agricultura familiar e reforma agrária governamentais, ainda muito limitados.

“Na nossa comunidade, incentivamos o cultivo do arroz, do feijão, da mandioca, mas a agricultura familiar está per-

dendo espaço para a soja. De vez em quando, temos que fechar as casas porque estavam borrifando o veneno na soja e no milho. Esse avanço é um perigo para a vida, a agricultura familiar está sendo pisoteada, massacrada. Eu peço para que o presidente e os parlamentares que atuam e dizem nos defender, olhem mais para a Amazônia”, afirmou uma agricultora do Pará, que vem sofrendo ameaças na região e preferiu não se identificar.

A atividade contou ainda com a definição das linhas de ação para os próximos três anos: a luta por terra e território, o fortalecimento da pastoralidade e da sustentabilidade, a atuação junto com grupos de mulheres e jovens na perspec-

tiva do protagonismo, geração de renda e fortalecimento da identidade camponesa, além dos processos de formação.

“Esta Assembleia serviu para aquecer o nosso coração e nos animar para o início do ano jubilar, de 50 anos de atuação, vivenciando a memória subversiva do Evangelho de Cristo junto ao povo da terra, das águas e das florestas”, afirmou o agente Francisco Silva, da CPT Ceará.

Ao final, foi realizada a eleição da Diretoria, Coordenação Executiva e Conselho Fiscal para os próximos três anos, além da publicação de uma Carta que pode ser lida em nosso site: bit.ly/carta-37-assembleia-nacional-cpt.

Assembleias Regionais

Com a participação de lideranças camponesas, indígenas e quilombolas, agentes, parceiros e colaboradores, foram realizadas também as Assembleias Regionais. No Regional Amazonas (21 a 23 de março), o momento foi de fortalecimento da pastoral após um período de 10 anos, reunindo agentes das prelazias de Lábrea e Itacoatiara e das dioceses de Parintins, Alto Solimões e arquiocese de Manaus.

Outras regionais também realizaram assembleias, como São Paulo (17 e 18 de fevereiro), Ceará e Espírito Santo/Rio de Janeiro (05 a 07 de abril), Acre (08 e 09 de abril), Rondônia (12 a 14), Araguaia-Tocantins (13), Mato Grosso do Sul (13 e 14), Pará (08 e 09 de maio), Mato Grosso (16 a 19 de maio) e Goiás (28 e 29 de junho).

<p>DIRETORIA</p> <p>Presidente Dom José Ionilton Lisboa (AM)</p> <p>Vice-presidente Dom Sílvio Guterres (RS)</p> <p>Secretária Jeane Bellini (GO)</p> <p>COORDENAÇÃO NACIONAL</p> <p>Cicera (Cecília) Gomes (NE2/PB) José Carlos de Lima (NE2/AL) Ronilson Costa (MA) Valéria Santos (TO) Maria Petronila (RO) - suplente Valdevino Santiago (MS) - suplente</p> <p>CONSELHO FISCAL (TITULARES)</p> <p>Abeltânia de Souza Santos (BA) Luiz Antônio Pasinato (RS) Xavier Plassat (TO)</p> <p>CONSELHO FISCAL (SUPLENTE)</p> <p>Waldeci Campos (MG) Célio Lima (AC) Geuza Morgado (PA)</p>

Julia Barbosa / CPT Nacional

AMAZÔNIA

RESISTÊNCIA

As “armas” dos povos do Tapajós e do Xingu em luta constante contra a Ferrogrão

Através de Carta Aberta, Tribunal Popular, petição online e protestos ocupando ruas e universidades, as comunidades denunciam os prejuízos causados pelo megaempreendimento

Carlos Henrique Silva, com informações da CPT Itaituba/PA
 comunicacao@cptnacional.org.br

“Nós não vamos aceitar que a soja e o milho engulam ainda mais os nossos territórios. Não vamos permitir que a Ferrogrão faça ainda mais mal para a natureza para dar mais dinheiro para empresas estrangeiras.” Este é um trecho da Carta Aberta assinada por mais de 20 entidades representantes de povos indígenas, agricultores, movimentos sociais e comunidades tradicionais da região do Tapajós e do Xingu, no Pará, endereçada ao diretor-presidente da empresa Estação da Luz Participações (EDLP), empresa responsável pelo projeto da Ferrogrão com o apoio de multinacionais do agronegócio como a ADM, Amaggi, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus.

A Carta é uma das várias “armas de luta” que os povos indígenas e as comunidades utilizam para denunciar os prejuízos causados por este empreendimento de grande porte. Também chamada de “a ‘Belo Monte’ dos trilhos”, a ferrovia planeja ligar 933

km entre as cidades de Sinop, em Mato Grosso, e o porto de Miritituba, no Pará, transportando soja, farelo de soja e milho para a China, Europa e Oriente Médio. Em seu trajeto, os vagões pretendem cortar com os trilhos de ferro Unidades de Conservação e 16 Terras Indígenas, incluindo algumas ainda não demarcadas e povos isolados, além de assentamentos da reforma agrária e inúmeras propriedades de agricultores e agricultoras familiares. Ao todo, podem ser desmatados 49 mil km² de floresta em 48 cidades.

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais afirmam que não foram ouvidas sobre o empreendimento, e por isso exigem o seu direito de consulta conforme a Convenção 169 da OIT, e o respeito aos seus Protocolos de Consulta. Antes mesmo da construção, a obra já intensificou os conflitos na região: grilagem, invasões de terra, desmatamento, destruição e poluição de igarapés e ameaças contra a vida, agravando os impactos que já existem com a construção da rodovia BR-163 e o complexo Portuário no Tapajós.



Naldinho Kumaruara, liderança indígena do baixo rio Tapajós, esfrega urucum no rosto de representantes do Ministério dos Transportes

Reprodução/Conselho Indígena do Território Kumaruara

O megaprojeto tomou forma em 2017, ainda no governo de Michel Temer, atravessou o mandato de Jair Bolsonaro e foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do atual governo do presidente Lula, como obra para realização de estudos.

Em maio deste ano, o ministro Alexandre Moraes sustentou por 90 dias a ação movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), que questiona a constitucionalidade da construção da ferrovia. O ministro renovou a determinação que

vem desde setembro do ano passado, quando determinou a realização de estudos de impacto ambiental e consulta aos povos impactados pela obra.

Diante disso, o Ministério dos Transportes criou um grupo de trabalho para acompanhar os processos e os estudos relacionados ao projeto, além de discutir aspectos socioambientais e econômicos da obra. Em uma destas reuniões em Santarém, o líder indígena Naldinho Kumaruara demonstrou seu protesto contra o projeto, passando urucum no rosto

dos principais defensores desse plano de extermínio. O gesto representa um grito de oposição veemente a essa proposta de desenvolvimento, que afeta não apenas os territórios indígenas que residem na região, como os povos Mundurucu e Kayapó-Panará, mas a fauna e a flora local e todo um conjunto de comunidades e povos daquela região.

Outra “arma” de luta é o julgamento do Tribunal Popular, uma instância não oficial organizada por representantes indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, entre outros, como resposta à falta de escuta e consideração das comunidades tradicionais. Em sua sentença, o tribunal pediu o cancelamento imediato e definitivo do projeto e também a responsabilização das empresas responsáveis.

“Vocês têm a obrigação de ouvir a nossa voz e respeitar os protocolos de consulta e nosso direito a veto. Deveriam fazer isso pelo bem de vocês, pois a Ferrogrão ameaça todas as gerações que ainda vão vir. O futuro de todos vai ser destruído se a destruição da Amazônia e do Cerrado continuar”, reafirmam as comunidades.

Colabore com esta luta assinando a petição: ferrograo.com.br

ANO JUBILAR

CPT 50 ANOS

Com o batuque ancestral dos tambores, a CPT abre seu Ano Jubilar

Convocada pela memória subversiva do evangelho, as quase cinco décadas da Pastoral são marcadas pelo compromisso e missão profética em defesa dos direitos dos povos do campo

Júlia Barbosa

julia@cptnacional.org.br

Edição: Heloisa Sousa

No último dia 22 de junho, a Comissão Pastoral da Terra completou seus 49 anos de luta e caminhada junto aos povos da terra, das águas e das florestas, em defesa dos territórios, da reforma agrária popular, do trabalho digno no campo e da soberania alimentar. A data marcou o início de sua caminhada de abertura do Ano Jubilar, quando, em 2025, irá celebrar seus 50 anos de compromisso e missão profética, fiel à causa dos empobrecidos da terra.

Este ano, o aniversário da CPT teve início com uma Alvorada, com cantos entoados por mais de cem agentes pastorais que estiveram reunidos em Goiânia/GO, no Centro Pastoral Dom Fernando, para a Semana Nacional de Formação. A musicalidade da CPT é a representação mística, cultural e artística de sua trajetória, passada e futura, rumo à Terra Sem Males.

Em sintonia com o V Congresso da Pastoral da Terra, que será realizado em julho

de 2025, a Banda Filhos da Mãe Terra compôs uma música a partir do tema “CPT 50 anos: Presença, Resistência e Profecia” e do lema “Romper Cercas e Tecer Teias: A Terra a Deus Pertence! (Lv. 25)”, que reafirma os direitos dos povos e o compromisso da CPT com suas lutas. A canção embalou a celebração do dia, cantada por vozes de todos os cantos do Brasil.

Da Alvorada, se seguiu para o plantio de uma muda de Ipê-Amarelo, árvore símbolo da resistência do Cerrado, por mulheres agentes de cada região do Brasil, representando a continuidade da história da CPT. Durante o ato, a agente Simone Olivei-

**“Presença, Resistência e Profecia
Na certeza de um novo dia
Romper cercas, tecer teias
A Terra a Deus pertence
Segue o povo em Romaria
Romper cercas, tecer teias
Vai CPT, com o povo em Romaria**

Banda Filhos da Mãe Terra

ra, da CPT Goiás e da Articulação das CPT's do Cerrado, performou uma poesia, ressaltando que plantar árvores é plantar água. É, também, plantar o futuro.

Em memória aos nossos mártires

Após o plantio, o grupo se deslocou para a Praça Universitária, onde foi realizado um ato público e político de memória dos mártires da caminhada, que tombaram na luta pela terra e pelos direitos dos povos. O momento contou com testemunhos de agentes pastorais, agricultores acompanhados pela CPT e representantes de organizações parceiras sobre a criação e trajetória da Pastoral. As falas destacaram, especialmente, o compromisso inabalável de Padre Josimo e Irmã Dorothy, agentes históricos da CPT, que deram suas vidas pelas causas dos trabalhado-

res e povos do campo, sendo vitimados brutalmente no exercício de suas missões.

O agricultor familiar e coordenador geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Goiás (Fetraf/GO), Antônio Chagas, expôs a situação de vulnerabilidade que os trabalhadores rurais enfrentavam durante a Ditadura Militar, contexto histórico-político

do nascimento da CPT. “Nós sentimos na pele a expulsão dos camponeses da terra. A gente não tinha um pingo de esperança, não tinha onde plantar. Ai apareceu por lá a CPT, dizendo que a gente tinha um caminho: se juntar para ter forças para se libertar. E assim nós fomos conseguindo fortalecer essa caminhada”, relatou.

Durante sua fala emo-

cionada, Antônio lembrou como a Pastoral, com sua voz profética, expressada por seus e suas agentes, fortalecia o espírito do povo para a luta. “Hoje, sentimos a Pastoral da Terra nas nossas vidas, para nos inspirar pra gente poder caminhar”, afirmou, com lágrimas nos olhos.

A fala do agricultor vai de encontro ao que expressou Isidoro Revers, conhecido

como Galego, ex-coordenador nacional da CPT, que afirmou que a CPT é um marco histórico para as organizações sociais, principalmente do campo, “pelo seu trabalho como educadora popular, especialmente junto às camponesas e aos camponeses, sendo fundamental no estímulo às suas organizações, tanto na luta pela terra e pela reforma agrária, como também pela

produção orgânica e agroecológica, para que a população tenha uma alimentação sadia”.

Após o ato na praça, o grupo ocupou as ruas, seguindo em romaria até a Catedral Metropolitana de Goiânia, onde o presidente da CPT, Dom Ionilton Lisboa, e o arcebispo de Goiânia, Dom João Justino, celebraram a eucaristia, abrindo o Ano Jubilar. O momento contou com a leitura da Carta do Encontro Nacional de Formação da CPT, que reafirma o compromisso e a missão da Pastoral, além de um Ofertório com a consagração de alimentos produzidos por agricultores familiares acompanhados pela CPT em Goiás.

Novos caminhos e desafios

Além das falas em homenagem à história da CPT, o dia contou com falas sobre perspectivas e desafios para o presente e o futuro da Pastoral. Irmã Pompeia Bernasconi e o teólogo Ivo Poletto, agentes que estiveram presentes e atuantes logo na criação da CPT, em 1975, contribuíram com as reflexões acerca dessa caminhada que a Pastoral ainda há de trilhar. A importância das juventudes da CPT, que representam o vigor e a continuidade do trabalho, foi destacada pela irmã Pompéia. “Esse

“A Pastoral da Terra é o símbolo que nos dá coragem para que a gente possa continuar lutando neste momento ainda muito difícil, em que continua a perseguição dos fazendeiros, em que continua a polícia batendo e despejando trabalhador. A gente precisa da Pastoral da Terra para ser essa firmeza, essa luz e esse espírito para a gente continuar a nossa caminhada”

Antônio Chagas

grupo lindo de jovens é sinal de que a semente brotou e floriu, é sinal de que é este o caminho. É o caminho de Jesus, de estar a serviço dos mais carentes, dos necessitados, dos mais sofridos, dos injustiçados. A CPT está no caminho certo”, refletiu.

Já Poletto, manifestou o desejo de que a celebração dos 50 anos seja a retomada dessa longa caminhada, com a renovação da mensagem da Pastoral para o tempo presente, anunciando e sendo profecia do que deve vir para todo o povo brasileiro, com o fortalecimento das lutas e o esperar das conquistas.

Durante sua fala, Galego também apontou os grandes desafios atuais para o trabalho da CPT, alertando para o avanço devastador do agronegócio e o papel da Pastoral em denunciar as violências promovidas por ele. “A CPT tem hoje um grande desa-

fiu para que não só as igrejas tomem conhecimento e consciência dessa agricultura destrutiva e assassina que é o agronegócio, mas que fundamentalmente toda a sociedade brasileira, que hoje come e bebe dessa falsa propaganda, tome conhecimento dessa realidade. A CPT tem um papel fundamental de denunciar essas violências e, com as igrejas e os movimentos sociais, contribuir com este debate junto ao povo brasileiro”, advertiu o ex-coordenador nacional.



Durante a celebração do dia 22, agentes da CPT fizeram memória aos mártires, levantando cartazes e entoando seus nomes. No lado esquerdo da foto, Irmã Pompeia Bernasconi faz relato sobre nascimento da Pastoral

Heloisa Sousa

DIVERSIDADE

LGBTI+

Coletivo da CPT reflete sobre orgulho e LGBTIfobia no campo

Desenvolvidos pela articulação entre a Via Campesina, CPT e outros movimentos sociais, materiais pedagógicos estabelecem uma relação entre os conflitos agrários e o preconceito contra identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes



1º Encontro de Diversidades da CPT realizado em setembro de 2022, na cidade de Goiânia (GO).

Everton Antunes
everton@cptnacional.org.br
Júlia Barbosa
julia@cptnacional.org.br

Entre maio e junho, duas datas marcam a importância das vidas e lutas de pessoas LGBTI+ no Brasil e no mundo: o Dia Internacional contra a LGBTIfobia, em 17 de maio, e o Dia Internacional do Orgulho LGBTI+, em 28 de junho. Especialmente nessas ocasiões, é importante reafirmar o que os enfrentamentos empenhados no dia a dia pela comunidade denunciam e reivindicam. No campo, os gritos das pessoas LGBTI+ ecoam: “O sangue LGBT também é sangue Sem Terra!”. Como também é sangue indígena, é sangue quilombola, é sangue camponês e de toda a diversidade de identidades consti-

tuidas em torno da terra, das águas e das florestas.

Conforme atesta a cartilha ‘Diversidade Sexual e de Gênero: Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo’, “a ordem dada para assassinar um indígena ou camponês deriva do mesmo pensamento fascista e LGBTIfóbico que mata as pessoas LGBTI+”. O material pedagógico foi produzido pela Via Campesina, com colaboração da CPT, e também compõe os processos político-formativos da Pastoral.

Desde 2021, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT) assume a tarefa de registrar casos de conflitos de terra, água e a violações contra trabalhadores e seus direitos considerando recortes de gênero e sexuali-

dade das vítimas – se empenha para a centralidade do debate LGBTI+ nos territórios do campo, das águas e das florestas, na tentativa de desmistificar que esses são espaços homogêneos e cisgênero. Silva, que é mulher trans sem-terra e pedagoga, ainda afirma que “nossos territórios só produzem a diversidade alimentar e cultural porque são espaços compostos pela diversidade sexual e de gênero”.

LGBTIfobia no campo em números

Desde 2021, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT) assume a tarefa de registrar casos de conflitos de terra, água e a violações contra trabalhadores e seus direitos considerando recortes de gênero e sexuali-

dade das vítimas. Dados do relatório Conflitos no Campo, da CPT, dão conta de que, desde o início desses registros até o ano passado, 10 pessoas LGBTI+ foram vítimas de violência no contexto de conflitos agrários – desse total, sete são sem terra, duas são indígenas e uma é quilombola.

Caminhos para inclusão

Mauro Jakes Farias, homem bissexual, é membro da coordenação da CPT Bahia e afirma que se sente acolhido pelos colegas de trabalho, mas reconhece que os diálogos sobre gênero e sexualidade na CPT ainda são “muito tímidos”.

Na visão do agente pastoral, os casos de violência no campo associados à LGBTIfobia se assentam sobre a cultura conservadora e machista, re-

produzida tanto pelos interesses do capital, quanto por pessoas de comunidades rurais. Dessa forma, “a população LGBT sofre muito mais que os demais moradores da comunidade”, avalia, devido ao aprofundamento das violências sofridas por essas pessoas.

Em quase cinco décadas de trabalho, a escuta e o diálogo com os povos acompanhados pela CPT tornam-se novamente, na perspectiva de Jakes, os caminhos para evidenciar a pluralidade de identidades e orientações sexuais presentes no campo. “Sinto que, internamente, já demos alguns passos e, no trabalho junto às comunidades, [o debate sobre gênero e sexualidade] precisa ser pensado com carinho, pois não pode ser feito de qualquer forma”, conclui.

Acervo CPT

VOTO CAMPONÊS

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Voto consciente é ferramenta da soberania popular

O nosso voto nestas eleições municipais é fundamental, especialmente para os povos e comunidades tradicionais, que possuem um histórico de luta em defesa da vida e garantia da terra e territórios

Cláudia Pereira*
*Articulação das Pastorais do Campo. Jornalista, produtora audiovisual e atua na comunicação popular das pautas de direitos humanos e socioambientais.
Edição: Júlia Barbosa

toda a nação? Como sabemos, as funções dos poderes em nosso extenso Brasil são divididas entre o legislativo, executivo e judiciário, os quais devem atuar de forma conjunta e independentes entre si. Nos municípios, essa divisão é semelhante, com a câmara legislativa atuando no mesmo sentido. É nesse espaço de poder que os vereadores assumem a função de representar os interesses da população, criar leis e fiscalizar as ações da prefeitura. O poder executivo é atribuído ao prefeito, responsável pelos interesses públicos e por administrar os recursos de forma responsável.

As eleições municipais têm efeito na esfera política em todo país, através da disputa partidária, na formação de prefeituras e câmaras municipais, que podem afetar as relações entre o estado e o governo federal, de forma negativa ou positiva. Além das políticas municipais, que podem ser conduzidas de forma eficiente ou desastrosa.

O voto consciente é uma ferramenta poderosa da soberania popular. É ele que vai influenciar de forma direta a vida de todos nós. O nosso voto nestas eleições

O ESTADO NOS CONFLITOS NO CAMPO 2023

QUANTIDADE DE VIOLÊNCIAS - Estado

Ocorrências causados por cada esfera de governo:



Ocorrências de violências promovidas pelo Estado em 2023.

é fundamental, especialmente para os povos e comunidades tradicionais, que possuem um histórico de luta em defesa da vida e garantia da terra e territórios. É importante que façamos escolhas por candidatos/as que de fato tenham compromisso, transparência e histórico de prioridade aos temas que envolvem o acesso à terra, reforma agrária, segurança alimentar, políticas de desenvolvimento sustentável, proteção aos direitos dos povos. Estes candidatos/as a prefeitos e vereadores precisam assumir as demandas que impactam as políticas públicas das comunidades em seus programas de governos e não somente nas promessas de palanque.

É importante alertar que compra e venda de voto é um crime contra a democracia e causa consequências graves aos municípios. Portanto, nada de cair nas ciladas de candidatos que fazem “doações”, promessas de empregos, cargos ou qualquer troca de favores. O código eleitoral determina multas e até quatro anos de prisão para estes casos. O voto nas eleições municipais deste ano é uma ferramenta poderosa para escolher a representação dos povos. Não podemos votar em branco, não podemos nos privar de utilizar esta ferramenta democrática e votar com responsabilidade, afinal, é o nosso futuro que está em jogo. O cargo executivo de prefei-

to ou legislativo dos vereadores deve ser ocupado por lideranças que representam a luta de classes, os operários, quilombolas, indígenas, LGBTIQIAP+, ribeirinhos, pescadores, pessoas comprometidas com as causas. Claro que não teremos este cenário ideal, mas certamente podemos escolher candidatos e partidos que possuem transparência, políticas com objetivos concretos que beneficiam o município e os territórios, candidatos que de fato têm compromisso em combater a violência contra os povos e a corrupção. Vamos utilizar de nossa ferramenta soberana e popular de forma consciente e em defesa da vida e da democracia.

Fonte: Cedoc/CPT. Elaboração: Estácio Massa.

MULHERES

DIREITOS

Os impactos das políticas públicas na vida das mulheres do campo

Falta de infraestrutura, representatividade política e de programas específicos para o campo dificultam o acesso das camponesas aos processos de inclusão

Sandra Leny Angelo*

*Agente da CPT BA

Edição: Júlia Barbosa

A luta feminina - e feminista - por superar as desigualdades vem de longe e tem um longo caminho a percorrer. Algumas mudanças acontecem graças ao esforço de pessoas que sentem na pele o peso das violências, que nos levam a refletir a partir das nossas necessidades, a reivindicar e propor ações para fortalecer o papel social da mulher em todas as áreas possíveis e - antes - imagináveis.

Reconhecendo a amplitude das políticas públicas para mulheres, convém sinalizar que elas são realidades no país, mesmo que funcionem a passos lentos. Após uma onda antidemocrática e conservadora, iniciada com um golpe misógino, em que as políticas de inclusão foram solapadas, no atual governo, o Relatório da Agenda Transversal Mulheres foi apresentado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento-MPO. Segundo a Agência Gov, a pauta das mulheres está incorporada em mais de 50% dos progra-

mas do Plano Plurianual-PPA, presentes em 21 ministérios.

Um relatório com metas de encher os olhos, como reduções de mortes violentas das mulheres, da disparidade da renda por gênero e da mortalidade materna. Ainda, com estratégias sociais, como a construção de unidades de atendimento, além da inserção da mulher nos espaços de poder e decisão. Enfim, um avanço, na teoria, nas políticas públicas em todas as dimensões de políticas de proteção às mulheres.

Mas, diante de tantas metas e programas, a pergunta que fica é: na prática, essas políticas de inclusão vão chegar a todas? As mulheres do campo terão políticas sociais adequadas às suas realidades?

Políticas públicas não chegam às camponesas

As mulheres do campo, das águas e das florestas enfrentam desafios únicos e nem sempre têm acesso às mesmas políticas públicas quando em comparação às urbanas. O campo brasileiro é cenário farto para a efetivação de políticas para tra-



Paula Gioia

por lá, há grandes dificuldades em ocupar os espaços e que, na maioria das vezes, ficam à margem na construção dos processos de elaboração das políticas públicas. “Nós nos sentimos ofendidas por não sermos reconhecidas como deveríamos, por não sermos ouvidas e respeitadas. Nós, do campo, somos esquecidas. Mas eu quero lembrar que também temos conhecimento das coisas e boas opiniões”, desabafa.

Para garantir que trabalhadoras do campo, das águas e das florestas tenham acesso igualitário às políticas públicas, é fundamental que haja o reconhecimento das suas necessidades específicas e um esforço coordenado entre governos, sociedade civil e comunidades locais, para incluir as mulheres do campo nas decisões políticas que afetam suas vidas.

Os desafios são muitos no campo das políticas públicas, não basta implementar leis, projetos e afins para inclusão das mulheres, mas é preciso estruturar e efetivar ações nos mais distantes rincões do país, para que, de fato, toda mulher, do campo ou da cidade, seja inserida nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade brasileira, rumo a superação da percepção misógina, machista e patriarcal.

balhadoras rurais, mas a falta de infraestrutura, de representatividade política e de programas específicos nesses espaços dificultam significativamente o acesso aos processos de inclusão, que não chegam de forma igual para as mulheres camponesas. “Posso afirmar, pela minha experiência com as camponesas e indígenas, que isso não acontece. Elas propõem, documentam, reivindicam e continuam desassistidas”, afirma Marlene Ricardi, historiadora e especialista em gênero e políticas públicas, do Mato Grosso do Sul.

Na região do Vale do Guaporé, em Rondônia, a liderança Lucicleide da Paz

Pinheiro, da comunidade quilombola Forte Príncipe da Beira, entende que as políticas públicas chegam no município, mas nem sempre incluem as mulheres das comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. “Na maioria das vezes, não temos um veículo para ir até o município mais próximo e sermos atendidas pelas políticas existentes”, lamenta Lucicleide, que acrescenta: “é revoltante saber que tem e não chega até nós”.

Mulheres de comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto vivem situação semelhante na Bahia. Mariana Jesus, da comunidade Muquém, município de Itaguaçu, diz que,

NUESTRA AMÉRICA

Claudia Sheinbaum é eleita a primeira mulher presidenta no México

Com candidatura de esquerda pelo partido Morena, a cientista Claudia Sheinbaum, de 61 anos, é a primeira mulher a se tornar presidenta do México. Com quase 70% das urnas apuradas às 7h (horário de Brasília) do dia 3 de junho, ela aparecia 30 pontos à frente de sua adversária, Xóchitl Gálvez, senadora e empresária de centro-direita e de raízes indígenas.

Momentos depois da divulgação dos primeiros resultados, Sheinbaum falou a apoiadores reunidos na Cidade do México e destacou o simbolismo de ser a primeira mulher eleita para o Executivo em 200 anos de independência. “Como já disse em outras ocasiões, não chego sozinha, todos nós chegamos”.



Carla de Souza/AFP

Eleita a primeira mandatária do executivo no país latino-americano, Sheinbaum defende um “México plural”.

A presidenta eleita ainda afirmou que seu governo quer “um México plural, diverso e democrático”. “Sabemos que a divergência faz parte da democracia e, embora a maioria das pessoas apoie nosso projeto, nosso dever é e sempre será

cuidar de todos os mexicanos, sem distinção. Portanto, mesmo que muitos mexicanos não concordem totalmente com nosso projeto, caminharemos em paz e harmonia”.

Fonte: Brasil de Fato

Polícia prende general Zúñiga após tentativa de golpe na Bolívia

Horas depois de militares cercarem a sede da presidência da Bolívia, no dia 26 de junho, a polícia boliviana prendeu o general Juan José Zúñiga. Ele liderou uma tentativa de golpe, que cercou a Praça Murillo e as sedes do governo e do Congresso.

Após assumirem o controle da praça, militares tentaram, inclusive, derrubar uma porta do palácio presidencial. Antes de ser oficialmente destituído do posto de comandante do Exército, o general Juan José

Zúñiga chegou ao local em um tanque, e armado. Ele estava afastado do posto desde a semana anterior ao golpe. Zúñiga foi capturado e conduzido até um veículo policial do lado de fora de um quartel militar.

Ainda, no início da noite daquele mesmo dia, os militares começaram a se retirar das imediações dos palácios com seus tanques. Mais cedo, o presidente Luis Arce alertara contra o que chamou de “mobilização irregular de algumas

unidades do Exército”.

Em manifestação oficial, o Ministério das Relações Exteriores enfatizou que o governo brasileiro “condena nos mais firmes termos a tentativa de golpe de Estado em curso na Bolívia, que envolve mobilização irregular de tropas do Exército, em clara ameaça ao Estado democrático de Direito no país”. O Itamaraty também expressou solidariedade a Arce.

Fonte: Carta Capital

Fospa propõe caminho para um novo modelo de desenvolvimento sustentável



Fórum Social Pan-Amazônico

O evento reuniu comunidades indígenas, camponesas e instituições acadêmicas de nove países da região amazônica.

A Amazônia boliviana acolheu com satisfação a chegada de delegações de nove países da região, que se reuniram para refletir e analisar a complexa realidade amazônica. Com clima tropical, os municípios de Rurrenabaque (Beni) e San Buenaventura (La Paz) receberam cerca de 1.200 delegados da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, entre os dias 12 e 15 de junho. Também estiveram presentes representantes das regionais da CPT Acre, Rondônia, Roraima e Araguaia-Tocantins.

Em diferentes línguas, os participantes do XI Fórum Social Pan-Amazônico (Fospa) apontaram que as conclusões desse processo devem se tornar

mandatos aos governantes de cada país, para avançar em direção a políticas públicas de proteção à bacia e à floresta com maior biodiversidade do planeta.

A décima primeira versão do encontro reuniu análises, opiniões, esperanças, protestos e propostas de povos indígenas e comunidades ancestrais, bem como organizações da sociedade civil, redes e alianças do bloco sul-americano.

Entre as ameaças à Amazônia, os participantes destacaram a incursão minerária, a subjugação de terras e desapropriação de territórios, a penetração do tráfico de drogas e a violência contra os defensores da natureza. Também destacaram experiências alternativas.

Fonte: Fórum Social Pan-Americano

PÁGINA BÍBLICA

REFLEXÃO

A Criação: Obra de Deus e nossa Responsabilidade de Cuidado

Irmã Lourdes DillReligiosa da Congregação das Filhas do Amor Divino e colaboradora na CPT-RS, atualmente em missão em Moçambique
Edição: Carlos Henrique Silva

Entendendo a humanidade como obra do Deus Criador a serviço da vida, junto com o céu, a terra e tudo que neles vivem e crescem, e essa humanidade criada à imagem e semelhança de Deus, o ser humano é responsável pelo cuidado da Vida em todas as direções nesta Casa Comum. Somos convocadas a participar da obra da criação, por todas as capacidades que Deus colocou no ser humano para cuidar e completar essa obra.

O ritmo da vida é trabalho e descanso alternadamente, para que a continuidade da

criação seja mais completa. Assim como Deus, mesmo Infinito e Eterno, descansou no sétimo dia, temos direito ao trabalho e ao descanso. O mesmo serve para a Mãe Terra, para que possa produzir com fartura para o sustento e complemento da criação.

Se olharmos o último milênio, quantas coisas lindas, importantes e úteis a humanidade criou para completar a obra de Deus... Por outro lado, também há destruição e falta de zelo. Os limites naturais da Terra estão sendo ameaçados dramaticamente, colocando qualquer forma de vida, acelerando descontroladamente o aquecimento global, as grandes tragédias e catástrofes ambientais.

Deus colocou nas nossas

mãos a terra, a água, o ar, as sementes e o conhecimento. São patrimônios distribuídos de graça para a humanidade se servir e contribuir na obra da Criação. Quantas são as mortes, guerras, injustiças, fome, desemprego, conflitos, refugiados, tráfico de pessoas, desmatamentos, queimadas, secas e enchentes pelo mau uso e pelo descuido desenfreado da criação graças à ganância, acúmulo e exploração de pessoas, sem consciência e sem o cuidado?

Vivendo neste planeta, espaço de nossa passagem curta, mas intensa, somos convidados à grande oportunidade de um convívio fraterno, harmonioso, solidário e cuidadoso, respeitando as diferentes culturas, povos e práticas, o que completa a beleza e a

obra da Criação.

O Papa Francisco, um profeta dos nossos tempos, escreveu o belíssimo documento para a Igreja e a Humanidade, a Laudato Si, que versa sobre toda esta temática do cuidado. Seu conteúdo é muito rico e propício para esta prática do cuidado e todas as questões ambientais. Ele chama especialmente as juventudes para “Realmar as Economias”.

Tais propostas foram inspiradas na vida e nas práticas de São Francisco de Assis, que há quase mil anos atrás se desprendeu das fortunas de sua família e cultivou uma vida simples e humilde, se tornando o grande Profeta da Ecologia. A “Economia de Francisco e Clara”, sua discípula, representa essa forma da economia.

Experiências como estas ações de solidariedade em todo Brasil diante das cheias do Rio Grande do Sul, as Romarias da Terra e das Águas, produções agroecológicas, o trabalho dos catadores e catadoras como profetas da ecologia, são práticas possíveis para formar uma nova consciência de cuidado a serviço da criação e da biodiversidade.

Tudo isso se inspira na frase de São Paulo, na Carta aos Romanos 8:22: “A criação geme como em dores de parto”. Estas reflexões levam a humanidade aos grandes desafios, mudanças e práticas radicais do cuidado com a Terra, dos recursos naturais e do equilíbrio ecológico e ambiental, em vista do Bem Viver e do Bem Comum.

“Deus viu o que havia feito, e viu que tudo era muito bom.”
(Gen.1,31)

OFÍCIO PELO RIO GRANDE

Letra: Zé Vicente / Música: Fr. Luiz Carlos Susin

Do profundo abismo
Gritamos ao Céus
Por paz, pela vida
Clamamos a Deus!
Sopra em nossas almas
Teu sopro de alívio
Estende tua mão
Socorre os feridos!

REFRÃO

Ó Deus fonte de vida, ó vem nos socorrer (bis)
Do fundo dos rios

Da lama, da morte
Do mar da desgraça
A Ti suplicamos!
Deus grande, Deus luz!
Do escuro, do pranto
Oh Fonte da Vida,
Vinde em nossa ajuda!

Por todo o inocente
Por cada criatura
Que chora os mortos
Socorro, ó Senhor!
Perdão, ó, mãe Terra!

Campos, Rios, Serras..
Por tanta desgraça
Que o homem te faz!

Das nossas entranhas
Restinhos de fé
Pingos de Esperança
Nos tragam o alento!
Que a dor não sufoque
Nossa gratidão
O abraço, o cuidado,
De irmãs, de irmãos!

Ó Sol do equilíbrio,
Rasga a escuridão,
De toda mentira
Do ódio e ilusão!
Conforta esse pranto
Da Terra, do Povo!
Inspira o nosso canto
Da Vida, do Novo!

E quando essa lama
Da morte passar
Dá-nos fé e, Unidos,
Nós vamos lutar!

Ó, Santa Maria
De Jesus, Mamãe!
Ó Divino Espírito
Da recreação!

Falado: “Vinde em nosso amparo,
ó Deus nosso bem
Em Ti confiamos
Hoje e sempre Amém.”

Ouçã no YouTube: abre.ai/oficio-pelo-rio-grande

EXPERIÊNCIAS

ROMARIA

Eis-nos aqui, Josimo: “Justiça e paz hão de reinar!”

Romeiras e romeiros do Maranhão, Tocantins e outras regiões relembrou a trajetória de luta do padre Josimo Tavares. Estiveram presentes comunidades camponesas, quilombolas, quebradeiras de coco e religiosas

Equipe CPT Araguaia-TO

comunicacao@cptnacional.org.br

Edição: Comunicação CPT Nacional

Nos dias 18 e 19 de maio, foi realizada, em Imperatriz (MA), a 19ª Romaria da Terra e das Águas Padre Josimo, reunindo romeiros e romeiras de toda parte, especialmente do Maranhão e do Tocantins, atentos ao chamado do mártir e inspirados na promessa insurgente: “Justiça e Paz hão de reinar!”. O lema da Romaria, que ecoa nossos sonhos mais atuais evocados no tema da nossa caminhada “Terra, teto, trabalho e Pão”.

Na chegada das caravanas, vivenciamos, na tarde do primeiro dia, uma rodada de visitas nas salas temáticas, dialogando com experiências inspiradas pela memória de Josimo: Memorial Pe. Josimo (CEBI/MA), Agroecologia (APA-TO, STR Bico e MST), Luta pela terra e Trabalho Escravo (CPT), Quebradeiras de coco (MIQCB), Juventudes (PJ/MA e PJ/TO), Cuidados e Ciranda, e Quilombolas (várias equipes do Maranhão).

Também foram exibidos filmes: “Tem Floresta em Pé, Tem Mulher” (MIQCB) e “Mada e Bia” (Dagmar Talga), seguidos por debate com a diretora e a presença das nossas heroínas, que têm ampla trajetória no Bico do Papagaio.

A noite foi de muita animação e arte, com músicas, poesias, depoimentos e teatro, levando até o amanhecer do dia 19 de maio, quando a alvorada chamou a todos para a celebração campal da eucaristia, concelebrada pelos bispos prestes: dom Vilsom (Imperatriz), dom Francisco (Carolina), dom Geovane (Araguaína), dom Philip (Miracema) e o novo bispo de Tocantinópolis, dom Carlos Henrique. Logo mais, iniciou a tradicional caminhada romeira pelas ruas da cidade, com quatro paradas em locais significativos: na ponte sobre as águas contaminadas do Rio Bacuri; na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL; no porto da Balsa às margens do Rio Tocantins (que conecta



Ludmila Carvalho / CPT Araguaia-Tocantins

A tradicional caminhada romeira pelas ruas da cidade teve quatro paradas em locais significativos da vida e do martírio do padre

Maranhão e Tocantins), onde Josimo aportou pela última vez, no dia 10 de maio de 1986; e, finalmente, no Memorial Padre Josimo, perto da Praça de Fátima, defronte às escadarias onde o religioso e então coordenador da CPT foi alvejado pelas balas assassinas que, a mando do latifúndio, ceifaram sua vida.

Ali, ouvimos o “Testamento Espiritual” e, já em clima de envio, houve bênção das sementes entregues aos romeiros e romeiras. Recebemos uma copiosa bênção sinodal pelas mãos de um quilombola, de uma quebradeira

de coco, dos camponeses e dos bispos presentes, todos paramentados com a estola da Romaria.

Reunidos em nome da vida, erguendo o rosto e lembrando em ladainha o nome dos nossos mártires, testemunhas fiéis tombadas na caminhada em busca da libertação, proclamamos nosso compromisso “Eis-nos aqui, Josimo!”. Na Carta final da Romaria, partilhamos a alegria de tantos encontros e reencontros, celebramos vitórias e apontamos desafios enfrentados em nossas lutas. E nos comprometemos:

“Amanhã faremos o pão do tamanho da fome do nosso povo. Teremos filhos e filhas. Plantaremos hortas e árvores. Daremos nomes bonitos para nossos meninos e meninas. Chamaremos as árvores de “Meu bem!”. Chamaremos a água de “Meu amor!”. Daremos nomes bonitos às nossas comunidades e chamaremos o mundo de “Nossa casa comum!”

Josimo, presente, presente, presente!

Leia a Carta final da Romaria: bit.ly/carta-romaria-pe-josimo-2024

GALERIA



Fotos: Acervo CPT / Arte: Júlia Barbosa

Contribua com o trabalho da CPT, assine o Jornal Pastoral da Terra!

Assinatura Anual: R\$ 30,00 | Solidária: R\$ 50,00 | Exterior: US\$ 20,00

Dados para Depósito ou Transferência:

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Econômica Federal
Agência 4520 - Operação 003
Conta 648-6
PIX/CNPJ: 02.375.913/0001-18

**Envie seu comprovante,
dúvidas e sugestões para:**

E-mail:
sustentabilidade@cptnacional.org.br
WhatsApp:
(62) 99268.6837

Comissão Pastoral da Terra

Correios

Impresso
Pode ser aberto pela ECT

Secretaria Nacional:
Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel,
1º andar, Centro. CEP
74.030-090 - Goiânia-GO

Impresso

Via Aérea